

<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/pataxo>

Maria Rosário Carvalho

Pataxó - Luta por demarcações

A Terra Indígena Barra Velha, localizada nos municípios de Porto Seguro, Itamaraju e Prado, compreendia, por ocasião da sua homologação em 1991 (decreto 396, de 24/12/91), as aldeias Barra Velha, Boca da Mata e Meio da Mata, em uma área de 8.627ha. Ela não correspondeu, absolutamente, à totalidade do território tradicionalmente ocupado por este povo, uma vez que o mesmo foi em grande parte absorvido pelo Parque Nacional Monte Pascoal (PNMP) e teve suprimidas as áreas de manguezais, onde, tradicionalmente, os Pataxó coletam caranguejos e moluscos que, com os moluscos e ouriços do mar comestíveis, coletados nos recifes, sempre compuseram uma importante fonte de proteína animal. Por cerca de dez anos, quando estiveram impedidos de cultivar as roças, sobreviveram graças ao mangue e arrecifes, completando a dieta com a troca, com não índios, de farinha por excedentes de caranguejos, e também destes por produtos industrializados (Agostinho, 1972, p. 23).

Em 9 de dezembro de 1980, Paulo Braz, mais conhecido como Paulo Baraúna, e mais dois signatários, Benedito Ferreira Braz e José Farias do Nascimento, encaminharam ao presidente da república, João Figueiredo, uma carta, na qual encarecem que ele tome conhecimento do que está “existindo nas nossas terras, como está sendo demarcada com o controle da FUNAI e IBDF. Essa demarcação nós não estamos aceitando porque essa área não dá pra nós sobreviver dentro dela, a metade desta sendo de areia branca, campo nativo, brejo e lagoa. Pedimos ao senhor que nos dê um apoio sobre esse assunto da terra, nós somos uma comunidade de mais de 1.000 pessoas e essa terra, mal medida como foi, não dá pra nós e nossos filhos. Dessa forma, dentro de pouco tempo não haverá mais a nação pataxó, nós índios morreremos de desgosto e de fome” (ANAI, 1980).

Oito anos depois, no decorrer de uma reunião promovida pelo Ministério do Interior/FUNAI e com as participações de representantes dos Pataxó e IBDF, Firmo Ferreira declarou, enfaticamente, que a área demarcada, em 1980, como Terra Indígena, não correspondia à área de ocupação tradicional, e lembrou que, por volta de 1935, “o Dr. Barros e o Dr. Marcelo mediram área correspondente para o grupo, cujos marcos encontram-se fincados, até hoje” (Ministério do Interior/Fundação Nacional do Índio, 1984).

A área medida pelo “Dr Barros” e sua equipe, muito provavelmente como etapa necessária à implantação do Parque Nacional do Monte Pascoal – cujo 1º. decreto de criação foi publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia de 19 de abril de 1943, seguido, anos depois, pelo decreto no. 242 de 29 de novembro de 1961, com a área de 22.500 hectares –, foi apresentada aos Pataxó como “medição pro índio”, graças ao que contou com a sua irrestrita colaboração. Em 05 de maio de 2001, Maria Rosário de Carvalho, juntamente com o engenheiro agrimensor Hélcio Batista, da FUNAI, o indigenista Eduardo Almeida e o pataxó Manuel de Suia, que havia participado da medição, estimada como sendo realizada em 1943 ou 1944, procedeu à localização dos cinco marcos, cujas coordenadas foram registradas em GPS. A área calculada, mediante traçado de linhas retas entre os marcos, totalizou 69.898 hectares (Carvalho, 2009, p. 511). Em todos os locais “marcados por Dr. Barros” havia Pataxó, afirmou, com segurança, na ocasião, Manuel de Suia. “Na Caveira [rio do Gibura] tinha, aqui [Barra Velha] tinha. O que tinha só era índio”. Todos permaneceram na área medida, pois, segundo a lógica irrepreensível de Suia, “do jeito que Dr.Barros fez, dizendo que era dos Pataxó, era obrigado nós ficar”. Essa sempre foi, e continua sendo, a área que constitui o território tradicional.

Boca da Mata surgiu, no mesmo ano de 1982, como Aldeia, por iniciativa de Firmo Ferreira e sua família que, assim, demonstravam a sua insatisfação com a demarcação realizada, e em 1987 será a vez de Meio da Mata se desmembrar de Boca da Mata, instalando-se em uma parcela do território já anteriormente ocupado.

Desde 1989, sob grande pressão dos fazendeiros, os Pataxó buscavam unir-se, em torno da reconquista do território, através de encontros regulares. Em 1992, realizaram a “Marcha das Retomadas” e organizaram a “Associação dos Pataxó sem Terra”. No ano subsequente, ocorreu a primeira retomada, da Aldeia Velha, e sucessivamente a acumulação de experiência que culminaria, em 1995, na criação do “Conselho de Caciques”, que reuniu representantes de aldeias Pataxó e Hãhãhã. Em agosto de 1999, representantes dos Pataxó e Pataxó HãHãHã se reuniram em uma assembleia do Conselho de Caciques e confirmaram a necessidade de ampliação e recuperação do território tradicional. Em carta às autoridades brasileiras, comunicaram a retomada do PNMP, doravante denominado “Parque Indígena do Monte Pascoal”.

Os desdobramentos da retomada do Parque expuseram as conflitantes posições dos índios e dos não índios, sejam interesses estatais e não governamentais, indigenistas e ambientalistas (Assis, 2004). A intenção inicial dos Pataxó não era destituir o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de suas atribuições, mas, denunciar sua má administração e, sobretudo, exigir os estudos de revisão e regulamentação do território indígena do Monte Pascoal, demanda tornada prioritária em face das comemorações do quinto centenário. Todavia, eclodiu uma cisão entre indigenistas exclusivamente voltados para a demarcação, ambientalistas buscando garantir a proteção da mata e, em ambos os lados, os que buscavam uma solução de “cooperação”. O Ibama investiu na cooperação e obteve, mediante promessas de vantagens, a anuência de representantes da Boca da Mata e a divisão entre outros grupos, o que resultou no enfraquecimento do Conselho de Caciques e na criação da “Frente de Resistência e Luta Pataxó” que, ao continuar priorizando a revisão territorial, prosseguiu com as retomadas e embates com fazendeiros (Rego, 2012, p. 57-58). O seu principal articulador foi Joel Braz que passou a sofrer, desde então, represálias e um vigoroso processo de tentativa de criminalização, o que o compeliu a refugiar-se em várias aldeias, para escapar ao cerco. Apenas em agosto de 2011, graças, principalmente, ao apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) ele foi inocentado pela justiça das acusações de sequestro, roubo e cárcere privado (Rego, 2012, p. 58).

Não obstante a intensa campanha contra a reivindicação pataxó de revisão do seu território, a Procuradoria da República de Ilhéus/BA recomendou, à Presidência da Funai, que promovesse, em regime de urgência, os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Monte Pascoal, para fins de revisão dos seus atuais limites e da sua demarcação e regularização. Foi criado, assim, o Grupo Técnico constituído pelas Portarias no. 329/PRES, de 21 de março de 2006, e no. 528/PRES, de 04 de maio de 2006, coordenado pela antropóloga Leila Silvia Burger Sotto-Maior (Resumo Relatório de Identificação e Delimitação da TI Barra Velha, 2008).

De acordo com o resumo do referido Relatório, a TI Barra Velha do Monte Pascoal terá (aguarda a portaria ministerial declaratória) uma área 52.748 hectares, abrangendo as aldeias Barra Velha, Boca da Mata, Meio da Mata, Guaxuma, Trevo do Parque, Pé do Monte, Aldeia Nova, Águas Belas, Corumbauzinho, Craveiro, Cassiana e Bugigão. As doze aldeias estão distribuídas no entorno do Monte Pascoal. O mesmo Relatório informa que o limite sul da TI Barra Velha encontra-se no extremo norte da proposta da TI Cahy/Pequi (Comuruxatiba), cujo RTID não foi ainda publicado no DOU, no que atenderia à reivindicação indígena de um território único. Informa, ainda, que o levantamento fundiário constatou que na área proposta para revisão da TI Barra Velha há, além do Parque do Monte Pascoal e de Projetos de Assentamento Rurais, fazendas de criação de gado de corte e exposição e de cultivo de cacau, bem como plantações de mamão, pimenta do reino e outras e uma área de cerca de 1.645 ha de reflorestamento de eucalipto da empresa Veracel. A pesquisa cartorial, por sua vez, constatou que a maioria dos registros das fazendas foram realizados a partir da década de 1980 ((Resumo Relatório de Identificação e Delimitação da TI Barra Velha, 2008).

A comunidade indígena Pataxó e a Frente de Resistência e Luta Pataxó, apoiadas no Relatório Circunstanciado de Identificação da TI Pataxó do Monte Pascoal produzido por Maria Rosário de Carvalho (2008), contestaram o Relatório Circunstanciado de Identificação da TI Barra Velha de Monte Pascoal (FUNAI, Processo nº 082620.002556/82. Cabe notar que Carvalho foi, mediante as Portarias No. 685 de 18.08.99 e No. 1.262/PRES/2000, designada coordenadora do GT mas não con-

cluiu o relatório no prazo estipulado, tendo sido, em virtude disso, criado o GT coordenado por Sotto-Maior). Os contestantes questionaram, em primeiro lugar, o fato de a Funai ter dividido em dois procedimentos a identificação da Terra Indígena na região do Monte Pascoal, acrescentando ao processo original para redefinição de limites da Terra Indígena Barra Velha, o estudo de identificação de limites do território do Corumbauzinho, contíguo àquela, e um outro procedimento administrativo, para identificação de limites das áreas de Caí e Pequi que, no entanto, nada mais são que partes de um território único, razão pela qual questionaram também o limite sul da terra identificada; reivindicaram que entre os pontos 02 e 05 da descrição de limites, o traçado estabelecido fosse revisto e relocado sobre os cursos dos rios Guaxuma e Caraíva; e que, entre outras retificações, o limite Norte fosse traçado de modo a incluir Juacema, localizada a norte de Barra Velha e considerada território sagrado, por onde, no passado, os ancestrais Abakirá, aliados e protetores dos Pataxó que vivem sob o chão, saíram para defendê-los (Comunidade Indígena Pataxó do Monte Pascoal e Frente de Resistência e Luta Pataxó, 2008).

Trevo do Parque foi criada na década de 1980 com o objetivo de, por meio da comercialização de artesanato, na BR-101, ampliar as alternativas de subsistência. A população que aí se instalou, liderada pela sua fundadora, D. Terezinha, é majoritariamente oriunda de Barra Velha. Guaxuma resultou da retomada da então denominada Fazenda Guanabara, em 2000, por um grupo dissidente de Boca da Mata. Corumbauzinho e Águas Belas resultaram da diáspora de 1951, quando grupos de famílias fundam-nas, buscando, assim, recompor suas vidas externamente à Barra Velha. No caso da primeira, uma área declarada de interesse para a Reforma Agrária foi retomada em 1998, de modo a reduzir a compressão territorial a que a população estava submetida. Caveira, anteriormente citada, é uma área muito tradicional reconquistada, em 2002, do PA Reunidas Corumbau. Pé do Monte (“Os índios velhos vinham pela mata, para o Pé do Monte, onde permaneciam dias e dias”), Aldeia Nova, Cassiana e Bugigão são também áreas tradicionais retomadas.

A história da Terra Indígena Coroa Vermelha, por sua vez, está relacionada com a

explosão do turismo na região e, conseqüentemente, com a crescente especulação imobiliária. Ela foi “profundamente marcada por intensos processos de expansão econômica regional e de desordenadas urbanização e intrusão da própria Terra” (Sampaio, 1996, p. 6).

Esses processos demandaram, das primeiras famílias indígenas que aí se estabeleceram, anos de luta em prol da regularização de seu território -- disputado arduamente com ocupantes não indígenas, beneficiados, pela concessão de aforamentos, a partir de 1979, por parte da Prefeitura de Santa Cruz Cabralia. Assim, apenas em 1997, vinte e cinco anos após o estabelecimento dos Pataxó em Coroa Vermelha, a demarcação e a posse do território foram efetivadas. Nessa época, a aldeia se subdividiu em duas áreas distintas de ocupação: “ ‘Gleba A’, urbana, onde se localiza a aldeia propriamente dita; e ‘Gleba B’, distante cerca de seis quilômetros da primeira e caracterizada por seu contraste com o urbano, ao representar a ‘mata’ ” (Sampaio, 1996, p. 42).

O Projeto Jaqueira, que criou a Reserva do mesmo nome, na Gleba B, foi desencadeado com a preocupação da preservação ambiental e a retomada da forma tradicional de vida, “viver na mata”, ao que se seguiu a elaboração de um projeto de visitação turística – Projeto Jaqueira de Ecoturismo, posteriormente redominado Projeto Jaqueira de Etnoturismo – visando à persistência da ocupação. Similarmente ao que ocorre com a maioria das atividades econômicas entre os Pataxó, esse Projeto tem no parentesco o critério organizador da produção (Neves, 2012, p. 41/98).

Ao norte de Barra Velha, contígua ao povoado de Itaporanga, está localizada a Terra Indígena Imbiriba, homologada em 1988, mas cujos limites não satisfazem à comunidade, tanto no que diz respeito às áreas excluídas junto aos Córregos do Chato e do Tanque, quanto à faixa ao norte, próxima à várzea do rio do Frade (Sampaio, 1993).

A Terra Indígena Mata Medonha surgiu em decorrência do deslocamento de uma família de Barra Velha, por ocasião do “Fogo de 51”, para uma região até então

isolada, situada à margem esquerda do baixo curso do rio Santo Antônio, norte do município de Santa Cruz Cabrália. Esse território foi homologado em 1996, no entanto, uma área conhecida como aldeia Araticum está em processo de retomada.

A Terra Indígena Aldeia Velha é uma das conquistas mais recentes. Trata-se de um antigo assentamento indígena, cujas famílias residentes foram expulsas nos anos 1960 e 1970. Após algumas tentativas de reocupação, lideradas pelo então cacique Ipê, nos anos 1990, os Pataxó conseguiram, no início de 1998, fixar-se no local. A partir de então essa área passou a aglutinar várias famílias que estavam dispersas em núcleos urbanos costeiros do município de Porto Seguro, tais como Arraial d'Ajuda, Trancoso e Caraíva. A Terra Indígena foi declarada de posse permanente em janeiro de 2011.

Há, entre essas aldeias e as mais recentemente estabelecidas, fortes vínculos a partir de Barra Velha. Testemunho eloquente dessa relação é o fato de, nessas aldeias, a identidade étnica Pataxó ser comprovada através dos ascendentes nascidos em Barra Velha. Assim é que, na Aldeia de Coroa Vermelha, os filhos de casamentos interétnicos são, em geral, designados *descendentes*. O administrador do Parque Indígena entende, nesse sentido, que a atividade de guia turístico constitui uma forma de dar oportunidade e trazer para “a comunidade [os] meninos que são descendentes” e dos quais se exige, nas ocasiões de maior fluxo turístico, uma espécie de excedente simbólico compensador para a sua condição de descendentes, i.e., trajes típicos, pinturas e emblemas étnicos, como a língua indígena (Neves, 2012, p. 99/195).

Imbiriba e Aldeia Velha destacam-se na produção e comercialização do artesanato – arcos, flechas, zarabatanas, lanças, chocalhos, gamelas, colher de pau, pentes, colares, pulseiras de sementes e conchas, brincos, entre outros objetos -- assim como Boca da Mata, cuja produção de gamelas é especialmente relevante em termos econômicos e da qualidade do produto, considerado tradicional e tecnicamente elaborado. As duas primeiras adotaram o modelo de desenvolvimento do turismo da Reserva da Jaqueira, em Coroa Vermelha que, por

sua vez, tem se constituído como um centro de revenda de artesanato, favorecida pela sua localização no que concerne ao contexto turístico (Neves 2012, p. 49-51).

Vale notar que o artesanato emerge como uma alternativa econômica a partir da década de 1970, por sugestão do chefe de posto indígena Leonardo Machado, que deve ter considerado o surto turístico que atingia o litoral do extremo sul baiano, principalmente entre Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, decorrente da BR-101 e da consequente dinamização econômica que, de forma abrupta e não planejada, atingiu a região. Agostinho registrou, em 1971, a fabricação apenas de arcos e flechas, tendo identificado um conjunto de 21 arcos para mercado e três considerados para uso. Esses últimos destacavam-se pelo seu maior tamanho e elaboração mais cuidadosa (Agostinho, 1972, p. 86). Antes da introdução do artesanato, Barra Velha e as aldeias então existentes viviam da coleta nos mangues e recifes, que supria a população de proteína animal; da agricultura de subsistência nas manchas de capoeira, de onde retiravam os carboidratos, principalmente da mandioca; e da coleta de piaçava, mediante a qual, embora precariamente, se relacionavam com o mercado regional.